

2 BATALHAO FERROVIÁRIO

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	160106-2 BATALHAO FERROVIÁRIO	MATHEUS DOS SANTOS MARQUES	21/05/2026 15:29 (v 0.13)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	7/2026	65308.000377/2026-05

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de de materiais de Laboratório de Ensaios Tecnológicos e Topográficos, visando atender às necessidades da Obra na GO-213, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
1	Alambique de femel de de vidro, Compacto. Para destilação de percloro. Capacidade: 5000 a 1000ml. Condensador: Friedrichs. Material: Vidro borosilicato. Vedação: junta esmerilhada	257137	un	4	R\$ 822,63	R\$ 3.290,52
2	Amalgamador de borracha. Cuba de borracha flexível Capacidade: 300ml. Utilizado em limites de plasticidade e liquidez. Dimensões aproximadas: Ø Externo da Boca: 130mm, Ø Base: 50mm, Altura total: 90mm.	439204	un	10	R\$ 19,25	R\$ 192,50

3	<p>Aparelho Vicat Automático Completo para cimento.</p> <p>Finalidade: Determinação do tempo de início e fim de pega do Cimento. Com tratamento anticorrosivo.</p> <p>Tensão 110V e/ou 220V. Faixa de tempo configurável entre 1 e 100 min. Base emborrachada. molde cônico de nylon, molde cônico metálico, placa de vidro, agulhas para início e fim de pega e sonda Tetmajer para determinação da consistência normal. atendendo as normas: NBR 16606 e NBR 16607.</p>	443026	un	2	R\$ 2.040,67	R\$ 4.081,34
4	<p>Balança eletrônica de bancada. Capacidade de pesagem: 30 kg com precisão de 1 a 5 gramas. Voltagem: Bateria Interna</p> <p>Recarregável, adaptador 12V Dc-110/200V. Prato de pesagem em aço inoxidável. Display de cristal líquido. Aprovada pelo INMETRO. Com certificado de calibração.</p>	212166	un	4	R\$ 1.208,82	R\$ 4.835,28
5	<p>Balança eletrônica de precisão. Capacidade de pesagem: 16 Kg com precisão de 0,1 a 0,5 gramas. Voltagem: 110 e /ou 220V. Prato de pesagem em aço inoxidável. Display de cristal líquido. Aprovada pelo INMETRO. Com certificado de calibração.</p>	459793	un	4	R\$ 4.111,09	R\$ 16.444,36
6						

	Balança eletrônica de precisão. Capacidade de pesagem: 5 kg com precisão de 0,01 grama. Voltagem: 110 e/ou 220V. Prato de pesagem em aço inoxidável. Display de cristal líquido. Aprovada pelo INMETRO. Com certificado de calibração.	457633	un	4	R\$ 4.170,89	R\$ 16.683,56
7	Balança mecânica Semi-Roberval 16 Kg. Divisão 10 g, prato redondo em inox, dimensão Ø 250 mm. Com certificado de Calibração.	452425	un	4	R\$ 1.300,00	R\$ 5.200,00
8	Caixa com 100 ampolas de carbureto de cálcio com 6,5 gramas, similar ou de melhor qualidade.	361466	kg	50	R\$ 262,29	R\$ 13.114,50
9	Concha para densidade in-situ. Material: inoxidável ou com tratamento inoxidável. Sem pontos de solda ou emendas.	334586	un	10	R\$ 37,42	R\$ 374,20
10	Conjunto para abatimento de tronco de cone completo (Slump Test Completo). Composto por: Funil (colarinho), placa base, forma tronco cônica, haste socadora, concha para enchimento. Atendendo as normas: NBR 10342, 7223 E NM 67.	448201	un	6	R\$ 582,11	R\$ 3.492,66
11	Conjunto completo para determinação de densidade "in situ". Composta por: funil Ø 5" com registro, bandeja perfurada em aço	448213	un	6	R\$ 338,00	R\$ 2.028,00

	zincado, frasco plástico capacidade de 7,5 litros. Conforme NBR 12102, 7185; DNER 092.					
12	Conjunto para ensaio de Limite De Plasticidade De Solos. Composto por: 1 Placa de vidro esmerilhada; 1 Cilindro comparador Gabarito; 1 Cápsula de porcelana 160ml; 12 Cápsula de alumínio Ø40x20mm; 1 Espátula de aço inox com cabo de madeira; 1 Amalgador.	448215	un	4	R\$ 1.900,00	R\$ 7.600,00
13	Disco de Neoprene (Par); Medidas: espessura 10 mm x largura 10 cm, Finalidade: regularização de imperfeições nos corpos de prova de concreto, rompimento na prensa hidráulica	262104	un	10	R\$ 33,00	R\$ 330,00
14	Disco de rebolo abrasivo diamantado para retificador de corpo de prova de concreto	629050	un	4	R\$ 551,67	R\$ 2.206,68
15	Disco espaçador para CBR 2 ½". Construído em aço zincado Ø 6", para uso no interior do molde CBR. Conforme normas: NBR 12102, 7182.	602210	un	4	R\$ 490,00	R\$ 1.960,00
16	Esclerômetro digital microprocessado (durômetro Portátil para Concreto). De impacto, para determinar "in loco" e de forma não destrutiva do valor aproximado da resistência à	618483	un	4	R\$ 4.912,02	R\$ 19.648,08

	compressão da rocha. Com certificado de Calibração e aprovação do INMETRO.					
17	Escova de aço. Medidas aproximadas:28x3x4cm	440011	un	10	R\$ 20,31	R\$ 203,10
18	Escova de latão. Medidas aproximadas: 2,5x18x4cm	476554	un	10	R\$ 27,44	R\$ 274,40
19	Frigideira de aço. Com cabo e emendas reforçados. Largura: 30 cm Profundidade: rasa	444499	un	10	R\$ 124,27	R\$ 1.242,70
20	Luvas de proteção industrial. Material: raspa de couro. CA 40052 e/ou CA 42881 e /ou CA 16512.	262935	par	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
21	Máscara facial total ou semifacial reutilizável com filtro para partículas finas. Poeira, nevoas. CA 4115	290971	un	6	R\$ 205,03	R\$ 1.230,18
22	Conjunto medidor de umidade tipo Speedy. Finalidade: medição de umidade em amostras de solo ou areia. Contendo: Medidor de umidade tipo Speedy, Balança de precisão alimentada a bateria com precisão de 0,01 grama, flanela, Cápsula em alumínio, Esferas de aço 1 Cx Carbureto de cálcio, escova para limpeza, espátula de material inoxidável, manômetro, estojo /maleta para transporte e organização.	615087	un	10	R\$ 1.917,95	R\$ 19.179,50

23	Papel filtro 100 mm – Marshall (Pacote C/ 100 und)	408328	un	100	R\$ 32,36	R\$ 3.236,00
24	Papel filtro 150 mm – CBR (Pacote C/ 100 und)	408335	un	100	R\$ 47,06	R\$ 4.706,00
25	Papel filtro com furo 248 mm – Rotarex (Pacote C/ 100 und)	419982	un	100	R\$ 178,20	R\$ 17.820,00
26	Paquímetro analógico. Bico Deslizante. Capacidade: 0-300mm. Exatidão: ±0,05mm.	301812	un	4	R\$ 380,64	R\$ 1.522,56
27	Paquímetro digital. Bico Deslizante. Capacidade: 0-300mm. Exatidão: ±0,05mm.	602052	un	4	R\$ 2.569,20	R\$ 10.276,80
28	Peneira granulométrica inox Ø 8 x 2". Abertura 0,075mm (nº 200)	261674	un	10	R\$ 366,47	R\$ 3.664,70
29	Peneira quadrada 50 x 50 cm. Abertura 19,0 mm (3/4)	277445	un	6	R\$ 370,54	R\$ 2.223,24
30	Peneira quadrada 50 x 50 cm. Abertura 4,75 mm (nº 4)	261673	un	6	R\$ 292,00	R\$ 1.752,00
31	Tricloroetileno, aspecto físico líquido límpido, incolor. de clorofórmio, fórmula química C2HCL4.	382561	lts	300	R\$ 365,62	R\$ 109.686,00
32	Placa de vidro esmerilhada 300 x 300 x 5mm	484149	un	4	R\$ 164,72	R\$ 658,88
33	Prensa hidráulica elétrica com indicador digital e data logger. Aplicação: rompimento					

	de corpo de prova de concreto. Capacidade: 100 Ton. Leitura em quilogramas. Voltagem 220V monofásico – 50 /60 Hz	219020	un	2	R\$ 32.000,30	R\$ 64.000,60
34	Reboque/caretinha para deslocamento em via urbana com dispositivo acoplado para ajuste de altura do eixo. Tanque de água acoplado. Munheca para engate de reboque. COM a extratora rotativa com motor de no mínimo 8HP a gasolina, usada para extrair Corpos de Provas de pavimentos de Asfaltos e /ou Concreto, esfriamento por água, com cálice de 4" e coroa de 4" para perfurações de 400 mm de profundidade. Medidas aproximadas: CxLxA - 2,5 mt x 1,5 mt x 1,5 mt Objetivo: facilitar o deslocamento em longas distâncias e realizar a extração de forma ágil na pista.	601958	un	1	R\$ 99.900,00	R\$ 99.900,00
35	Recipiente para densidade aparente 10 litros. Projetado para atender ensaios de determinação da densidade aparente das amostras. Material: aço carbono com tratamento anticorrosivo	626651	un	4	R\$ 446,75	R\$ 1.787,00
36	Recipiente para densidade aparente 15 litros. Projetado para atender ensaios de determinação da densidade aparente das	626651	un	4	R\$ 559,58	R\$ 2.238,32

	amostras. Material: aço carbono com tratamento anticorrosivo					
37	Recipiente para densidade aparente 5 litros. Projetado para atender ensaios de determinação da densidade aparente das amostras. Material: aço carbono com tratamento anticorrosivo	626651	un	4	R\$ 315,75	R\$ 1.263,00
38	Relógio comparador 10 x 0,01 mm (extensômetro) Analógico.	430811	un	10	R\$ 591,37	R\$ 5.913,70
39	Talhadeira concava para densidade in-situ, reforçada.	446458	un	10	R\$ 93,95	R\$ 939,50
40	Tela de arame com refratário 20 x 20 cm	414677	un	20	R\$ 35,13	R\$ 702,60
41	Termômetro. Escala: -1 +175°C x 0,5 °C. Imersão: total ou parcial. Com certificado de calibração.	441638	un	10	R\$ 102,29	R\$ 1.022,90
42	Termômetro. Escala: -2 + 400°C x 2°C. Imersão: total ou parcial. Com certificado de calibração.	441638	un	10	R\$ 102,29	R\$ 1.022,90
43	Termômetro. Escala: -2 + 80°C x 0,2 °C. Imersão: total ou parcial. Com certificado de calibração.	441638	un	10	R\$ 102,29	R\$ 1.022,90
44	Termômetro. Escala: -2 + 400°C x 1 °C. Imersão: total ou parcial. Com certificado de calibração.	441638	un	10	R\$ 102,29	R\$ 1.022,90

45	Termômetro bimetálico. Tipo: espeto. Aplicação: para massa asfáltica. Com certificado de calibração.	370262	un	10	R\$ 393,06	R\$ 3.930,60
46	Termômetro infravermelho portátil. Alimentação: bateria. Faixa de Medição: -50 ~+400°C (-58~+752°F). Resolução: 0,1°C. Com diodo laser. Com certificado de calibração.	443420	un	5	R\$ 439,56	R\$ 2.197,80
47	Trena Material: Aço, Comprimento: 10' M, Características Adicionais: Cor Metálica, Graduação De 1 Mm	626385	un	5	R\$ 31,67	R\$ 158,35
48	Vibrador de imersão portátil a bateria com mangote de 25 mm Especificações Aproximadas: Vibração: 8000 a 12.500 RPM Frequência em Hz: 60 a 83 Hz Comprimento do mangote: 1,5 metros Voltagem: 220V	621420	un	4	R\$ 2.496,63	R\$ 9.986,52
49	Viga Benkelman analógica - Relação 2:1	601098	un	2	R\$ 5.343,76	R\$ 10.687,52
50	Trena Material: Aço, Comprimento: 5 M, Características Adicionais: Cor Metálica, Graduação De 1 Mm	626385	un	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
51	Tripe Para Equipamento De Topografia Material Base: Alumínio, Material Corpo: Alumínio, Altura Fechado: 101 CM, Altura Aberto: 165 CM, Características Adicionais: Mesa Plana, Trava Dupla E Trava Rápida	605748	un	4	R\$ 573,38	R\$ 2.293,52

52	<p>Trena Material: Fibra de Vidro, Largura Lâmina: 12,5 MM, Comprimento: 50 M, Características Adicionais: Certificado De Calibração Pelo Inmetro.</p>	484541	un	10	R\$ 39,21	R\$ 392,10
53	<p>Uso: Para rastrear sinais de satélites GNSS e execução de levantamentos topográficos, geodésicos, obras de engenharia, locação e georreferenciamento.</p> <p>Constelações: GPS, GLONASS, GALILEO, BEIDOU e QZSS.</p> <p>Frequências: Multifrequência (L1/L2 /L5 ou equivalente).</p> <p>Características Adicionais: Mínimo de 600 canais para o receptor Base e mínimo de 220 canais para o receptor Rover, tecnologia RTK em tempo real, compatível com correções via rádio UHF e NTRIP.</p> <p>Receptor GNSS RTK Precisão: Horizontal ± 8 mm + 1 ppm, Vertical ± 15 mm + 1 ppm, Tempo de Inicialização: Inferior a 20 segundos.</p> <p>Taxa de Atualização: Mínimo de 10 Hz, Formato de Dados: RTCM 3.x, RINEX, compatível com softwares topográficos.</p> <p>Comunicação: Rádio UHF integrado ou externo com alcance</p>					

<p>mínimo de 5 km em campo aberto, Bluetooth, Wi-Fi e porta USB, Correções: Suporte a NTRIP via rede móvel (4G ou via dispositivo externo).</p> <p>Antena: Antena GNSS geodésica integrada ou externa, com mitigação de multipercurso (multipath), Altura de Antena: Ajustável conforme bastão topográfico.</p> <p>Energia: Bateria recarregável de íons de lítio, autonomia mínima de 10 horas de operação contínua, possibilidade de troca rápida ou uso de bateria externa.</p> <p>Robustez: Grau de proteção mínimo IP67, resistência a poeira, chuva e respingos, Faixa de Operação: 20 ° C a +55 °C.</p> <p>Itens Inclusos: 02 receptores GNSS RTK (Base e Rover), antenas GNSS, rádios UHF, baterias, carregadores, cabos de comunicação, bastão topográfico de carbono, tripé para base, maleta rígida para transporte, software de coleta de dados topográficos com licença válida, manuais técnicos.</p> <p>Compatibilidade: Compatível com softwares topográficos e CAD, integração com sistemas de georreferenciamento e redes GNSS brasileiras.</p>	486035	un	2	R\$ 34.261,02	R\$ 68.522,04

54	<p>Uso: Para execução de nivelamento geométrico em levantamentos topográficos, obras de engenharia, controle altimétrico, locação e acompanhamento de serviços.</p> <p>Precisão: Igual ou superior a 1,6 mm por km de duplo nivelamento.</p> <p>Sistema: Compensador automático com amortecimento magnético ou a ar.</p> <p>Telescópio: Ampliação mínima de 32x, abertura objetiva mínima de 39 mm, campo de visão aproximado de 1°30', foco mínimo de 0,5 m, imagem direta.</p> <p>Nível: Nível circular com precisão mínima de 8'/2 mm.</p> <p>Compensador: Compensador automático com faixa mínima de compensação de ±15', com trava para transporte.</p> <p>Constante de Estadia: 100, com leitura direta.</p> <p>Robustez: Grau de proteção mínimo IP66, resistência à poeira e respingos d'água, Faixa de Operação: 20 °C a +50 °C.</p> <p>Dimensões: Aproximadamente 200 x 140 x 130 mm, Peso: Aproximadamente 1,7 kg.</p> <p>Itens Inclusos: Nível topográfico automático,</p>	618388	un	1	R\$ 1.591,58	R\$ 1.591,58
----	--	--------	----	---	--------------	--------------

	<p>tripé de alumínio, mira topográfica graduada, estojo ou maleta rígida para transporte, ferramentas de ajuste, manuais técnicos.</p> <p>Certificação: Equipamento acompanhado de certificado de calibração, emitido por laboratório acreditado ou rastreável ao INMETRO.</p>					
55	<p>Peças / Componentes</p> <p>Topografia Material: Alumínio, Tipo: Bipé Extensível Para Bastões, Características Adicionais: Bastões Altura Máxima 8 Metros</p>	441734	un	2	R\$ 490,00	R\$ 980,00
56	<p>Uso: Para execução de levantamentos topográficos, locação de obras, medições angulares e lineares, cálculos de coordenadas, alinhamentos e controle geométrico.</p> <p>Precisão Angular: Igual ou superior a 5" (cinco segundos), Sistema de Medição: Eletrônico com codificador absoluto.</p> <p>Distanciômetro (EDM): Medição com prisma mínimo de 3.000 m, medição sem prisma mínimo de 500 m.</p> <p>Precisão Linear: $\pm(2 \text{ mm} + 2 \text{ ppm})$ com prisma e $\pm(3 \text{ mm} + 2$</p>					

<p>ppm) sem prisma, Tempo de Medição: Inferior a 1 segundo.</p> <p>Telescópio: Ampliação mínima de 30x, abertura objetiva mínima de 40 mm, campo de visão aproximado de 1°30', foco mínimo de 1,5 m, imagem direta.</p> <p>Nível: Nível circular com precisão mínima de 8'/2 mm, nível tubular com precisão mínima de 30" /2 mm.</p> <p>Compensador: Compensador eletrônico de eixo duplo, com faixa mínima de compensação de ±3'.</p> <p>Comunicação: Porta USB e/ou serial, Bluetooth integrado ou externo, Formato de Dados: Compatível com exportação de arquivos em formatos ASCII, CSV e DXF.</p> <p>Software Interno: Programas para levantamento, irradiação, interseção, re-seção, cálculo de áreas, volumes e locação de pontos.</p> <p>Energia: Bateria recarregável, autonomia mínima de 10 horas de operação contínua.</p> <p>Robustez: Grau de proteção mínimo IP66, resistência à poeira e respingos d'água, Faixa de Operação: 20 °C a +50 °C.</p> <p>Dimensões e Peso: Compacta e portátil, peso máximo</p>	621079	un	1	R\$ 17.303,40	R\$ 17.303,40
--	--------	----	---	---------------	------------------

	<p>aproximado de 5,5 kg (com bateria).</p> <p>Itens Inclusos: Estação total eletrônica, bateria (s), carregador, prisma com suporte, bastão para prisma, tripé de alumínio, cabos de comunicação, maleta rígida para transporte, manuais técnicos.</p> <p>Compatibilidade: Compatível com softwares topográficos e CAD utilizados em ambiente Windows.</p>					
57	<p>Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) – do tipo drone multirrotor profissional + Bateria Inteligente Sobressalente.</p> <p>Características técnicas mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - tempo de voo mínimo: 49 min (hélices padrão) / 46 min (hélices com redução de ruídos); - alcance de transmissão de vídeo: mínimo 20 km; - detecção de obstáculos: sistema visual binocular omnidirecional, complementado por um sensor infravermelho 3D na parte inferior da aeronave; - velocidade máxima mínima: 21 m/s (horizontal ao nível do mar, sem vento) / 21 m/s (frontal), 18 m/s (traseira), 19 m/s (lateral); - resistência ao vento mínima: 12 m/s (durante decolagem e pouso); - resolução da câmera mínima: 48 MP (grande-angular, tele média, telefoto); - abertura da câmera mínima: f/1.7 (grande-angular) f/2.8 (tele média, telefoto); - zoom da câmera mínimo: 16x (zoom híbrido de 112x, telefoto); 					

<p>- peso de decolagem máximo: (com hélices): 1.500 g / Peso de decolagem (com hélices com redução de ruídos): 1.300 g;</p> <p>- sensor mínimo: CMOS (1/1,3" e 1/1,5" para diferentes câmeras);</p> <p>- lente mínimo: FOV: 82° (grande-angular) / distância focal equivalente: 24 mm;</p> <p>- obturador mínimo: 2-1/8000 s;</p> <p>- alcance ISSO mínimo: modo normal: ISO 100 a ISO 25600 / modo cena noturna: ISO 100 a ISSO 409600;</p> <p>- modo de fotografia mínimo: único, cronometrado, captura inteligente, panorâmica (para diferentes câmeras);</p> <p>- formatos de vídeo/foto mínimo: vídeo: H.264/H.265, MP4 (MPEG-4 AVC/H.264) / foto: JPEG;</p> <p>- alcance mecânico mínimo: inclinação:</p> <p>-140° a 113°;- velocidade máx. controlável mínimo: 100°/s (inclinação);</p> <p>- mecanismo do gimbal mínimo: triaxial (inclinação, rotação, giro);</p> <p>- temperatura de funcionamento mínimo: -10 °C a 40 °C (14 °F a 104 ° F);</p> <p>- dimensões máximas:</p> <p>dobrada: 260,6×113,7×138,4 mm (C×L×A) / desdobrada: 307,0 ×387,5×149,5 mm (C×L×A).</p> <p>Recursos mínimos:</p> <p>Câmera grande-angular: sensor CMOS de 1/1,3", 48 MP de pixels efetivos, abertura f/1,7, formato equivalente: 24 mm;</p> <p>Câmera tele média: sensor CMOS de 1/1,3", 48 MP de pixels efetivos, abertura f/2,8, formato equivalente: 70 mm;</p> <p>Câmera grande-angular: sensor CMOS de 4/3, 20 MP de pixels efetivos, f/2,8-f/11, formato equivalente: 24 mm, Obturador mecânico;</p>	614916	un	1	R\$ 50.291,00	R\$ 50.291,00
--	--------	----	---	---------------	---------------

Câmera tele média: sensor CMOS de 1/1,3", 48 MP de pixels efetivos, f/2,8, formato equivalente: 70 mm;

Câmera tele sensor: CMOS de 1/1,5", 48 MP de pixels efetivos, abertura f/2,8, formato equivalente: 168 mm;

Telêmetro a laser: alcance de medição: 1.800 m (1 Hz);

Alcance de incidência oblíqua (1: 5 Distância oblíqua): 600 m (1 Hz) zona cega: 1 m;

Precisão de alcance (m): $\pm (0,2 + 0,0015 \times D)$;

Câmera termográfica infravermelha: resolução 640×512 , f/1, 0, distância focal equivalente: 53 mm, microbolômetro VOx não resfriado, compatível com modo de alta resolução;

Luz auxiliar com NIR: FOV: 6°, distância de iluminação: 100 m. Acessórios mínimos:

1 Bateria; 1 Controle remoto;

1 Adaptador de alimentação;

1 Hub de carregamento;

1 Cartão MicroSD;

1 Protetor de Gimbal;

1 Cellular Dongle 2 Pry Bar;

3 Hélices;

1 Cabo CA Adaptador de Alimentação 100 W;

1 Cabo de dados USB-C para USB-C;

1 Cabo de dados USB-A para USB-C;

1 Caixa de armazenamento (CASE);

1 Correia de ombro para caixa de armazenamento.

Material Sobressalente:

3 Bateria inteligente - alta capacidade 99 Wh, sendo total 4 baterias ao total.

4.1.1. Conforme a IN nº 01, de 19 JAN 10, da SLTI/MPOG, a CONTRATADA deverá, no que couber, adotar as seguintes práticas de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, adequadas às exigências do objeto contratual para a aquisição de bens, especificados nos incisos do Artigo 5º;

4.1.2. A utilização/fornecimento de materiais que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; e

4.1.3. A utilização/fornecimento de materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.1.4. O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital poderá prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A6]

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho ou assinatura do contrato, em remessa parcelada conforme a necessidade do contratante.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Professora Lourdes Naves 750, Bairro Santo Antônio, Araguari-MG, CEP 38444-000

5.3. As entregas só deverão ser efetuadas nos dias de expediente no Batalhão: de segunda a quinta-feira (07h30min às 12h00min horas e 13h30min às 16h30min horas) e sexta-feira (07h30min às 12h00min horas). Caso o fornecedor necessite agendar entregas, poderá fazê-lo por (34) 3690-5050 (Seção).

Garantia, manutenção e assistência técnica[A4]

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). .[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (dias) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária indicado no contrato.[A4]

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito[A11]

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/01/2026[A15] .

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice indicado no contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17] .

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :*

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação[A3]

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social* **OU** *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo]* de% [até 10%] do *[valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente]*. [A12]

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação [A13] ;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. [A14]

Qualificação Técnica [A15] [A16]

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 628.578,49 (seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima].

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2] .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

2º Batalhão Ferroviário, 16 de Janeiro de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Este item, que cuida das regras aplicáveis ao Instrumento Substitutivo do Contrato, foi excluído na medida em que será firmado Contrato entre as partes

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. Este item, que cuida das regras aplicáveis ao Instrumento Substitutivo do Contrato, foi excluído na medida em que será firmado Contrato entre as partes

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS DOS SANTOS MARQUES

Auxiliar Seção Técnica

NATAN GUIMARAES FONSECA

Auxiliar Seção Técnica